



## SIMPLES NACIONAL – DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS – TRATAMENTO FISCAL

### SUMÁRIO

1.	Introdução
2.	Devolução – Conceito
3.	Crédito do Imposto no Recebimento de Mercadorias em Devolução – ICMS e IPI
4.	Documento Fiscal Emitido por Empresa Optante pelo SIMPLES Nacional – Considerações
4.1.	Vedação ao crédito – Aquisição por optantes pelo SIMPLES Nacional
5.	Devolução Promovida por Optante pelo SIMPLES Nacional para Empresa Sujeita ao RPA – Procedimentos
5.1.	Procedimento do remetente
5.2.	Procedimento do destinatário (recebedor da devolução)
5.3.	Exemplos
6.	Devolução Promovida por Contribuinte Sujeito ao RPA para Empresa Optante pelo SIMPLES Nacional – Procedimentos
6.1.	Exemplos

### 1. Introdução

Neste trabalho, analisaremos o tratamento fiscal aplicável às operações de devolução de mercadorias envolvendo empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, bem como a emissão das notas fiscais e suas respectivas escriturações nos correspondentes livros fiscais, com fundamento nos dispositivos do RICMS-SP, aprovado pelo Decreto nº 45.490/00, no RIPI, aprovado pelo Decreto nº 7.212/10, e na Resolução do Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (CGSN) nº 10/07.

### 2. Devolução – Conceito

Para efeito da legislação do imposto, a operação de devolução tem por objetivo anular todos os efeitos da operação anterior, inclusive os tributários. Assim, a tributação a ser utilizada na operação de devolução será a mesma aplicada na operação original (art. 4º, IV, do RICMS/00).

Na hipótese de uma operação original ter sido tributada à alíquota do ICMS de 12%, pelo motivo já exposto no parágrafo anterior, a operação de devolução será tributada com a mesma alíquota aplicada sobre a base de cálculo relativa à operação original, ou seja, 12%, caso contrário, não estaríamos anulando os efeitos da operação anterior.

Idêntico tratamento será aplicado em relação à operação que, por disposição legal, esteja amparada por benefício fiscal (isenção, redução de base de cálculo) ou desonerada de tributação (não incidência). Dessa forma, se na operação original não houve tributação, o mesmo será aplicado em relação à devolução da mercadoria.

Nesse sentido, é o entendimento da Consultoria Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, exarado na Resposta à Consulta nº 8.424/75, publicada no Boletim Tributário nº 71, cujo trecho reproduzimos a seguir:

*“... esta Consultoria tem afirmado que a devolução objetiva anular todos os efeitos da operação anterior, inclusive os tributários. Assim como na devolução deve ser aplicada a mesma alíquota adotada quando da remessa, ainda que posteriormente modificada, assim também a devolução que objetiva anular os efeitos de operação desonerada deve efetuar-se, igualmente, com exoneração tributária”.*

Entretanto, quando a operação de devolução de mercadorias envolver empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, será necessário que o contribuinte observe os procedimentos específicos estabelecidos na legislação do ICMS para que se configure a anulação dos efeitos da operação original, haja vista que é vedado o destaque do valor do imposto no documento fiscal emitido por empresas sujeitas a esse regime.

### **3. Crédito do Imposto no Recebimento de Mercadorias em Devolução – ICMS e IPI**

O ICMS e o IPI são impostos não cumulativos, ou seja, permitem ao contribuinte compensar o valor do imposto devido em cada operação ou prestação de serviços com o que for cobrado anteriormente (art. 59 do RICMS/00 e art. 225 do RIPI/10).

Diante do exposto no parágrafo anterior, podemos afirmar que o imposto pago nas operações ou prestações anteriores poderá ser creditado, quando admitido, pelo adquirente ou pelo tomador do serviço, conforme o caso.

No que diz respeito à legislação do IPI, especificamente, o direito ao crédito do imposto fica condicionado ao cumprimento das seguintes exigências (art. 231, I e II, do RIPI/10):

a) pelo estabelecimento que promover a devolução, a emissão de nota fiscal para acompanhar o produto, declarando o número, data da emissão e o valor da operação constante do documento originário, bem como indicando o imposto relativo às quantidades devolvidas e a causa da devolução; e

b) pelo estabelecimento que receber o produto em devolução:

b.1) menção do fato nas vias das notas fiscais originárias conservadas em seus arquivos;

b.2) escrituração das notas fiscais recebidas, nos livros Registro de Entradas e Registro de Controle da Produção e do Estoque ou em sistema equivalente, nos termos do art. 466 do RIPI/10; e

b.3) comprovação, pelos registros contábeis e demais elementos de sua escrita, do ressarcimento do valor dos produtos devolvidos, mediante crédito ou restituição dele, ou substituição do produto, salvo se a operação tiver sido feita a título gratuito.

Nota Cenofisco:

Maiores esclarecimentos acerca do tratamento fiscal na devolução de mercadorias perante a legislação do IPI, bem como o exemplo de nota fiscal contendo a indicação do valor do IPI, podem ser analisados na matéria publicada no Manual de Procedimentos Cenofisco nº 24/09, pág. 14, sob o título “IPI – Devolução de Mercadorias – Tratamento Fiscal”.

No que tange a legislação do ICMS, essa é a regra comum aplicável ao contribuinte sujeito ao Regime Periódico de Apuração (RPA), tendo em vista que diante desse regime, as notas fiscais são emitidas com destaque do imposto, quando devido, ao contrário do contribuinte optante pelo SIMPLES Nacional ao qual fica vedado o destaque do imposto no documento fiscal.

Contudo, quando um contribuinte sujeito ao RPA receber mercadoria a título de devolução de empresa optante pelo SIMPLES Nacional também poderá creditar o imposto destacado na nota fiscal que deu origem à operação, ainda que no documento fiscal de devolução não contenha expressamente o destaque do imposto, desde que observado o disposto nos itens adiante.

### **4. Documento Fiscal Emitido por Empresa Optante pelo SIMPLES Nacional – Considerações**

O Comitê Gestor do SIMPLES Nacional, por meio da Resolução CGSN nº 10/07, estabeleceu as obrigações acessórias a serem cumpridas pelas empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, dentre essas obrigações acessórias destaca-se a utilização dos documentos fiscais que fica condicionada à inutilização dos campos destinados à base de cálculo e ao imposto destacado, de obrigação própria, devendo constar, no campo destinado às informações complementares ou, em sua falta, no corpo do documento, por qualquer meio gráfico indelével, as expressões (art. 2º, § 2º, da Resolução CGSN nº 10/07):

a) “Documento emitido por ME ou EPP optante pelo SIMPLES Nacional”; e

b) “Não gera direito a crédito fiscal de IPI”.

#### **4.1. Vedação ao crédito – Aquisição por optantes pelo SIMPLES Nacional**

As Microempresas (MEs) e as Empresas de Pequeno Porte (EPPs) optantes pelo SIMPLES Nacional, não poderão utilizar ou destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal, conforme disposto no art. 24 da Lei Complementar nº 123/06.

Exemplo:

Se uma empresa comercial optante pelo SIMPLES Nacional adquirir mercadorias para sua comercialização, fica impedida de creditar-se do ICMS pela entrada de tais mercadorias, mesmo que a empresa fornecedora esteja sujeita ao Regime Periódico de Apuração (RPA).

#### **5. Devolução Promovida por Optante pelo SIMPLES Nacional para Empresa Sujeita ao RPA – Procedimentos**

Conforme mencionado no item 3, verifica-se que o estabelecimento que receber a mercadoria em devolução, diante do princípio da não cumulatividade previsto no art. 59 do RICMS/00, fará jus ao aproveitamento do crédito do imposto destacado na nota fiscal que acobertou a reentrada das mercadorias no estabelecimento a título de devolução, observados os procedimentos descritos nos subitens seguintes.

##### **5.1. Procedimento do remetente**

Na hipótese de devolução de mercadoria promovida por empresa optante pelo SIMPLES Nacional para contribuinte sujeito ao Regime Periódico de Apuração (RPA), a ME e a EPP farão constar, no campo “Informações Complementares” da nota fiscal que acoberta a operação, o valor da operação, a base de cálculo, o valor dos impostos destacados (ICMS e o IPI), se for o caso, o número da nota fiscal original e o motivo da devolução (art. 2º, § 5º, da Resolução CGSN nº 10/07 e art. 231, inciso I do RIPI/10).

O valor correspondente à nota fiscal de devolução poderá ser deduzido do montante de receita bruta do estabelecimento para fins de aplicação das Tabelas de Tributação do SIMPLES Nacional constantes nos Anexos da Lei Complementar nº 123/06, conforme disposto no art. 3º, §1º, da referida lei, a seguir reproduzido:

*“§ 1º – Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos”.*

##### **5.2. Procedimento do destinatário (recebedor da devolução)**

O estabelecimento sujeito ao Regime Periódico de Apuração (RPA) que receber mercadoria devolvida por estabelecimento de contribuinte sujeito às normas do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – “SIMPLES Nacional”, poderá, quando admitido, creditar-se do valor do imposto debitado por ocasião da saída, desde que observados os procedimentos descritos a seguir (art. 63, I, “c” e art. 454 do RICMS/00):

- a) emitir nota fiscal, relativa à entrada da mercadoria em seu estabelecimento, mencionando o número, a data da emissão do documento fiscal pela Microempresa (ME) ou pela Empresa de Pequeno Porte (EPP) e o valor do imposto a ser creditado;
- b) registrar a nota fiscal no Livro Registro de Entradas, consignando os respectivos valores nas colunas “ICMS – Valores Fiscais – Operações ou Prestações com Crédito do Imposto”;
- c) arquivar a 1ª via da nota fiscal juntamente com a 1ª via do documento fiscal emitido pela ME ou pela EPP.

É facultado ao estabelecimento recebedor da devolução emitir a nota fiscal referida anteriormente englobando as devoluções ocorridas no dia (parágrafo único do art. 454 do RICMS/00).

O estabelecimento que for contribuinte do ICMS e do IPI concomitantemente, ao receber a mercadoria a título de devolução, além dos demais requisitos já indicados anteriormente, observará os seguintes procedimentos (art. 231, inciso II, do RIPI/10):

- a) menção do fato nas vias das notas fiscais originárias conservadas em seus arquivos;
- b) escrituração das notas fiscais recebidas, nos Livros Registro de Entradas e Registro de Controle da Produção e do Estoque ou em sistema equivalente nos termos do art. 466 do RIPI/10; e
- c) prova, pelos registros contábeis e demais elementos de sua escrita, do ressarcimento do valor dos produtos devolvidos, mediante crédito ou restituição do mesmo, ou substituição do produto, salvo se a operação tiver sido feita a título gratuito.

##### **5.3. Exemplos**

Para melhor entendimento do exposto anteriormente, demonstraremos nos subitens a seguir, a título de exemplo, as notas fiscais que envolvem a operação de devolução, quando a devolução é promovida por empresas optantes pelo SIMPLES Nacional para uma empresa sujeita ao Regime Periódico de Apuração (RPA).

### 5.3.1. Nota fiscal emitida por contribuinte sujeito ao Regime Periódico de Apuração (RPA) relativa à venda para empresa optante pelo SIMPLES Nacional

Supondo que determinado contribuinte enquadrado no Regime Periódico de Apuração (RPA) vendeu mercadorias de sua própria produção para estabelecimento industrial optante pelo SIMPLES Nacional, teremos:

a) valor da nota fiscal.....	R\$ 115,00
b) base de cálculo do ICMS e do IPI .....	R\$ 100,00
c) alíquota do IPI.....	15%
d) valor do IPI destacado (R\$ 100,00 x 15%).....	R\$ 15,00
e) valor do ICMS destacado (R\$ 100,00 x 18%).....	R\$ 18,00

NOTA FISCAL										Nº 000001	
<input checked="" type="checkbox"/> SAÍDA <input type="checkbox"/> ENTRADA											
EMITENTE: Nome / Razão Social: ABC Ind. e Com. Endereço: xxxxxxxx, xx Município: xxxxxxxx Fone/Fax:				1ª VIA Bairro/Distrito: xxxxxx UF: SP CEP: 01010-000				DESTINATÁRIO/ REMETENTE			
NATUREZA DA OPERAÇÃO		CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO			CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL		DATA LIMITE PARA EMISSÃO	
Venda de produção do estabelecimento		5.101				xxx.xxx.xxx/xxxx-xx xxx.xxx.xxx.xxx		xxx.xxx.xxx.xxx		00.00.00	
DESTINATÁRIO REMETENTE										DATA DA EMISSÃO	
NOME / RAZÃO SOCIAL						CNPJ / CPF		30/05/2010			
ENDEREÇO						BAIRRO / DISTRITO		CEP		DATA DA SAÍDA / ENTRADA	
xxxxxx, xxx										30/05/2010	
MUNICÍPIO				FONE / FAX		UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL		HORA DA SAÍDA	
						SP					
DADOS DO PRODUTO											
CÓD PROD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIF FISCAL	SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS		VALOR DO IPI	
								ICMS	IPI		
	Garrafas plásticas	3923.30.00	000	UN	100	1,00	100,00	18%	15%	15,00	
CÁLCULO DO IMPOSTO											
BASE DE CÁLCULO		VALOR DO ICMS		BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO		TOTAL DOS PRODUTOS			
100,00		18,00						100,00			
VALOR DO FRETE		VALOR SEGURO		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		VALOR TOTAL DO IPI		VALOR TOTAL DA NOTA			
						15,00		115,00			
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS											
NOME / RAZÃO SOCIAL				FRETE POR CONTA		PLACA DO VEÍCULO		UF		CNPJ / CPF	
				1 EMITENTE							
ENDEREÇO				2 DESTINATÁRIO				UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
				MUNICÍPIO							
QUANTIDADE		ESPÉCIE		MARCA		NÚMERO		PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO	
DADOS ADICIONAIS										Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	
										RESERVADO AO FISCO	
DADOS DA AIDF E DO IMPRESSOR											
RECEBEMOS DE (RAZÃO SOCIAL DO EMITENTE) OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO										NOTA FISCAL	
DATA DO RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR								Nº 000001	

## 5.3.2. Nota fiscal relativa à devolução promovida por empresa optante pelo SIMPLES Nacional

NOTA FISCAL		Nº 000002								
<input checked="" type="checkbox"/> SAÍDA <input type="checkbox"/> ENTRADA										
EMITENTE: Nome / Razão Social: XYZ Ind. e Com. Endereço: XXXXXXX, XX Município: XXXXXXX Fone/Fax:		1ª VIA Bairro/Distrito: XXXXX UF: SP CEP: 01010-000								
		DESTINATÁRIO/ REMETENTE								
		CNPJ XXX.XXX.XXX/XXXX-XX								
NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL							
Devolução de compra para industrialização	5.201		XXX.XXX.XXX.XXX							
			DATA LIMITE PARA EMISSÃO 00:00:00							
DESTINATÁRIO REMETENTE										
NOME / RAZÃO SOCIAL		CNPJ / CPF								
ABC Ind. e Com.										
ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	CEP								
XXXXXX, XXX										
MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL							
		SP								
DADOS DO PRODUTO										
COD PROD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIF FISCAL	SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS		VALOR DO IPI
								ICMS	IPI	
	Garras plásticas		090	UN	100	1,00	100,00			
CÁLCULO DO IMPOSTO										
BASE DE CÁLCULO		VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO		TOTAL DOS PRODUTOS			
							100,00			
VALOR DO FRETE		VALOR SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		VALOR TOTAL DO IPI		VALOR TOTAL DA NOTA			
							115,00			
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS										
NOME / RAZÃO SOCIAL					FRETE POR CONTA		PLACA DO VEÍCULO		UF	CNPJ / CPF
					1 EMITENTE <input type="checkbox"/>					
					2 DESTINATÁRIO <input type="checkbox"/>					
ENDEREÇO					MUNICÍPIO		UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO		PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO			
DADOS ADICIONAIS										
"Documento emitido por ME ou EPP optante pelo SIMPLES Nacional" "Não gera direito a crédito fiscal de IPI" Devolução de mercadorias relativo à nota fiscal original nº 000001 de 30/05/2010, por estar em desacordo com o pedido de compra nº ..... Valor da operação = R\$ 115,00 Base de cálculo do ICMS e do IPI = R\$ 100,00 Valor do ICMS = R\$ 18,00 Valor do IPI = R\$ 15,00						RESERVADO AO FISCO			Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	
DADOS DA AIDF E DO IMPRESSOR										
RECEBEMOS DE (RAZÃO SOCIAL DO EMITENTE) OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO									NOTA FISCAL	
DATA DO RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR							Nº 000002	



## 5.3.3. Nota fiscal de entrada emitida pelo contribuinte sujeito ao RPA (recebedor da devolução)

Conforme descrito no subitem 5.2, vamos observar o exemplo da nota fiscal demonstrada a seguir:

NOTA FISCAL										Nº 000003		
<input type="checkbox"/> SAÍDA <input checked="" type="checkbox"/> ENTRADA										1ª VIA		
EMITENTE: Nome / Razão Social: ABC Ind. e Com. Endereço: XXXXXX, XX Município: XXXXXX Fone/Fax:				UF: SP CEP: 01010-000				Bairro/Distrito: XXXXX DESTINATÁRIO/REMETENTE				
				CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX								
NATUREZA DA OPERAÇÃO Entrada – Devolução de produção do estabelecimento		CFOP 1.201		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO				INSCRIÇÃO ESTADUAL XXX.XXX.XXX.XXX		DATA LIMITE PARA EMISSÃO 00.00.00		
DESTINATÁRIO REMETENTE												
NOME / RAZÃO SOCIAL XYZ Ind. e Com.						CNPJ / CPF		DATA DA EMISSÃO 31/05/2010				
ENDEREÇO XXXXXX, XXX				BAIRRO / DISTRITO		CEP		DATA DA SAÍDA / ENTRADA 31/05/2010				
MUNICÍPIO				FONE / FAX		UF SP		INSCRIÇÃO ESTADUAL		HORA DA SAÍDA		
DADOS DO PRODUTO												
CÓD PROD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIF FISCAL	SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS		VALOR DO IPI		
								ICMS	IPI			
	Garrafas plásticas	3923.30.00	000	UN	100	1,00	100,00	18%				
CÁLCULO DO IMPOSTO												
BASE DE CÁLCULO 100,00		VALOR DO ICMS 18,00		BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO			VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO		TOTAL DOS PRODUTOS 100,00			
VALOR DO FRETE		VALOR SEGURO		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS			VALOR TOTAL DO IPI		VALOR TOTAL DA NOTA 115,00			
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS												
NOME / RAZÃO SOCIAL					FRETE POR CONTA 1 EMITENTE <input type="checkbox"/> 2 DESTINATÁRIO		PLACA DO VEÍCULO		UF		CNPJ / CPF	
ENDEREÇO					MUNICÍPIO				UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE		ESPÉCIE		MARCA		NÚMERO		PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO		
DADOS ADICIONAIS												
Mercadoria recebida em devolução de empresa optante pelo SIMPLES Nacional por meio da nota fiscal nº 000005, de 30/05/2010. Valor do IPI = R\$ 15,00						RESERVADO AO FISCO				Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO		
DADOS DA AIDF E DO IMPRESSOR												
RECEBEMOS DE (RAZÃO SOCIAL DO EMITENTE) OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO										NOTA FISCAL		
DATA DO RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR								Nº 000003		

### 5.3.4. Escrituração fiscal

a) Pela empresa optante pelo SIMPLES Nacional que promoveu a devolução:

Importa esclarecer que a Microempresa (ME) e a Empresa de Pequeno Porte (EPP) não estão obrigadas a escriturar o Livro Registro de Saídas, nos termos do art. 3º da Resolução CGSN nº 10/07, que estabelece quais as obrigações acessórias que devem ser cumpridas pelas empresas optantes pelo SIMPLES Nacional. Contudo, entendemos que não há nenhuma objeção de sua utilização, desde que se destine exclusivamente para fins de controle interno do estabelecimento.

Quanto ao Livro Registro de Entradas, ao contrário do Livro Registro de Saídas, continua sendo exigida sua escrituração pelas empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, conforme disposto no inciso III do art. 3º da Resolução CGSN nº 10/07.

b) Pela empresa sujeita ao RPA (recebedora da devolução):

A empresa sujeita ao Regime Periódico de Apuração (RPA) se submete ao cumprimento de todas as obrigações acessórias exigidas na legislação do imposto. Dessa maneira, escriturará a nota fiscal nº 000001, de 30/05/2010, relativa à venda da mercadoria, bem como a nota fiscal de entrada, emitida por ocasião do recebimento da mercadoria em devolução da empresa optante pelo SIMPLES Nacional, nos livros Registros de Saídas e de Entradas, respectivamente, com observância dos arts. 214 e 215 do RICMS/00, na forma exemplificada a seguir:

LIVRO REGISTRO DE SAÍDAS													
Documento Fiscal		VALOR CONTÁBIL		ICMS – VALORES FISCAIS					IPI – VALORES FISCAIS				OBSERV
Espécie	Número			COM CRÉDITO			SEM CRÉDITO		COM CRÉDITO		SEM CRÉDITO		
				CFOP	VL CONT	BC	ALÍQ	ICMS	ISEN / NT	OUTR	BC	IPI	
NF	000001	5.101	115,00	100,00	18%	18,00	–	–	100,00	15,00	–	–	

LIVRO REGISTRO DE ENTRADAS													
Documento Fiscal		VALOR CONTÁBIL		ICMS – VALORES FISCAIS					IPI – VALORES FISCAIS				OBSERV
Espécie	Número			COM CRÉDITO			SEM CRÉDITO		COM CRÉDITO		SEM CRÉDITO		
		CFOP	VL CONT	BC	ALÍQ	ICMS	ISEN / NT	OUTR	BC	IPI	ISEN	OUTR	
NF	000003	1.201	115,00	100,00	18%	18,00	–	–	100,00	15,00	–	–	

## 6. Devolução Promovida por Contribuinte Sujeito ao RPA para Empresa Optante pelo SIMPLES Nacional – Procedimentos

O contribuinte sujeito ao Regime Periódico de Apuração do ICMS (RPA), ao promover a devolução de mercadoria adquirida de empresa optante pelo SIMPLES Nacional, deverá emitir a nota fiscal de devolução sem destaque do valor do imposto, fazendo constar, no campo “Informações Complementares”, o número e a data da nota fiscal de aquisição e a circunstância de que o remetente original é optante pelo SIMPLES Nacional.

### 6.1. Exemplos

Para melhor entendimento, demonstraremos nos subitens a seguir, a título de exemplo, as notas fiscais que envolvem a operação de devolução, quando a devolução é promovida por empresas sujeitas ao Regime Periódico de Apuração (RPA), para uma empresa optante pelo SIMPLES Nacional.

### 6.1.1. Nota fiscal emitida por empresa optante pelo SIMPLES Nacional relativa à venda para empresa sujeita ao Regime Periódico de Apuração (RPA)

Supondo que determinado contribuinte optante pelo SIMPLES Nacional vendeu mercadorias de sua própria produção para estabelecimento industrial sujeito ao Regime Periódico de Apuração (RPA), veremos a seguir um exemplo da nota fiscal:

NOTA FISCAL										Nº 000004	
<input checked="" type="checkbox"/> SAÍDA <input type="checkbox"/> ENTRADA											
EMITENTE: <b>Nome / Razão Social:</b> ABC Ind e Com. <b>Endereço:</b> xxxxxxx, xx <b>Município:</b> xxxxxxx <b>Fone/Fax:</b>										1ª VIA	
UF: SP CEP: 01010-000										Bairro/Distrito: xxxxx	
										DESTINATÁRIO/REMETENTE	
										CNPJ xx.xxx.xxx/xxxx-xx	
NATUREZA DA OPERAÇÃO		CFOF	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO			INSCRIÇÃO ESTADUAL		DATA LIMITE PARA EMISSÃO 00.00.00			
Venda de produção do estabelecimento		5.101				xxx.xxx.xxx.xxx					
DESTINATÁRIO REMETENTE											
NOME / RAZÃO SOCIAL								CNPJ / CPF		DATA DA EMISSÃO 30/05/2010  DATA DA SAÍDA / ENTRADA 30/05/2010  HORA DA SAÍDA	
XYZ Ind. e Com.											
ENDEREÇO				BAIRRO / DISTRITO		CEP					
xxxxxx, xxx											
MUNICÍPIO				FONE / FAX		UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL			
SP											
DADOS DO PRODUTO											
CÓD PROD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIF FISCAL	SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS		VALOR DO IPI	
								ICMS	IPI		
	Garrafas plásticas		090	UN	100	1,00	100,00				
CÁLCULO DO IMPOSTO											
BASE DE CÁLCULO		VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO			VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO		TOTAL DOS PRODUTOS			
								100,00			
VALOR DO FRETE		VALOR SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS			VALOR TOTAL DO IPI		VALOR TOTAL DA NOTA			
								100,00			
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS											
NOME / RAZÃO SOCIAL					FRETE POR CONTA		PLACA DO VEÍCULO		UF		
					1 EMITENTE <input type="checkbox"/>				CNPJ / CPF		
ENDEREÇO					MUNICÍPIO		UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL		
QUANTIDADE		ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO		PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO			
DADOS ADICIONAIS											
"Documento emitido por ME ou EPP optante pelo SIMPLES Nacional" "Não gera direito a crédito fiscal de IPI" "Permite o aproveitamento do crédito de ICMS no valor de R\$ .....; correspondente à alíquota de ...%, nos termos do art. 23 da LC nº 123/06"						RESERVADO AO FISCO			Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO		
DADOS DA AIDF E DO IMPRESSOR											
RECEBEMOS DE (RAZÃO SOCIAL DO EMITENTE) OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO									NOTA FISCAL		
DATA DO RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR							Nº 000004		



## 6.1.2. Nota fiscal relativa à devolução promovida por empresa sujeita ao RPA

NOTA FISCAL		Nº 000005								
<input checked="" type="checkbox"/> SAÍDA <input type="checkbox"/> ENTRADA										
EMITENTE:		1ª VIA								
Nome / Razão Social: XYZ Ind. e Com. Endereço: xxxxxxxx, xx Município: xxxxxxxx Fone/Fax:		UF: SP CEP: 01010-000 Bairro/Distrito: xxxxx								
		DESTINATÁRIO REMETENTE								
		CNPJ xx.xxx.xxx/xxxx-xx								
NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	INSCRIÇÃO ESTADUAL							
Devolução de compra para industrialização	5.201		xxx.xxx.xxx.xxx							
			DATA LIMITE PARA EMISSÃO 00.00.00							
DESTINATÁRIO REMETENTE										
NOME / RAZÃO SOCIAL		CNPJ / CPF								
ABC Ind. e Com.										
ENDEREÇO	BAIRRO / DISTRITO	CEP								
xxxxxx, xxx										
MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL							
		SP								
DATA DA EMISSÃO 31/05/2010										
DATA DA SAÍDA / ENTRADA 31/05/2010										
HORA DA SAÍDA										
DADOS DO PRODUTO										
CÓD PROD	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CLASSIF FISCAL	SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS		VALOR DO IPI
								ICMS	IPI	
	Garrafas plásticas		090	UN	100	1,00	100,00			
CÁLCULO DO IMPOSTO										
BASE DE CÁLCULO		VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO		TOTAL DOS PRODUTOS			
							100,00			
VALOR DO FRETE		VALOR SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		VALOR TOTAL DO IPI		VALOR TOTAL DA NOTA			
							100,00			
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS										
NOME / RAZÃO SOCIAL				FRETE POR CONTA 1 EMITENTE <input type="checkbox"/> 2 DESTINATÁRIO <input type="checkbox"/>		PLACA DO VEÍCULO		UF	CNPJ / CPF	
ENDEREÇO				MUNICÍPIO				UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO		PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO			
DADOS ADICIONAIS										
Devolução de mercadorias relativas à nota fiscal original nº 000004, de 30/05/2010, por estar em desacordo com o pedido de compra nº ....., emitida por empresa optante pelo SIMPLES Nacional.					RESERVADO AO FISCO			Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO		
DADOS DA AIDF E DO IMPRESSOR										
RECEBEMOS DE (RAZÃO SOCIAL DO EMITENTE) OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO								NOTA FISCAL		
DATA DO RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR						Nº 000005		

### 6.1.3. Escrituração fiscal

a) Pela Empresa optante pelo SIMPLES Nacional:

Conforme esclarecemos no subitem 5.3.4, a Microempresa (ME) e a Empresa de Pequeno Porte (EPP) não estão obrigadas a escriturar o Livro Registro de Saídas, nos termos do art. 3º da Resolução CGSN nº 10/07, que estabelece quais as obrigações acessórias que devem ser cumpridas pelas empresas optantes pelo SIMPLES Nacional. Contudo, entendemos que não há nenhuma objeção de sua utilização, desde que se destine exclusivamente para fins de controle interno do estabelecimento.

Quanto ao Livro Registro de Entradas, ao contrário do Livro Registro de Saídas, continua sendo exigida sua escrituração pelas empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, conforme disposto no inciso III do art. 3º da Resolução CGSN nº 10/07.

b) Pela empresa sujeita ao RPA (que promoveu a devolução):

A empresa sujeita ao Regime Periódico de Apuração (RPA) se submete ao cumprimento de todas as obrigações acessórias exigidas na legislação do imposto. Dessa maneira, escriturará a nota fiscal nº 000005, de 31/05/2010, relativa à devolução de compra de mercadorias de empresa optante pelo SIMPLES Nacional, nas colunas próprias no Livro Registro Saídas, com observância do art. 215 do RICMS/00, na forma exemplificada a seguir:

LIVRO REGISTRO DE SAÍDAS													
Documento Fiscal		VALOR CONTÁBIL		ICMS – VALORES FISCAIS					IPI – VALORES FISCAIS				OBSERV
Espécie	Número			COM DÉBITO			SEM DÉBITO		COM DÉBITO		SEM DÉBITO		
				CFOP	VL CONT	BC	ALÍQ	ICMS	ISEN NT	OUTR	BC	IPI	
NF	000005	5.201	100,00	–	–	–	–	100,00	–	–	–	–	